

ESPAÇO E - Afirmando os bens comuns da Terra e dos povos como alternativa à mercantilização

O FSM e a afirmação do campesinato como ator político

*LEONILDE MEDEIROS/Carta Maior/ 17-02-2005

Ao longo do século passado, os camponeses protagonizaram importantes lutas de resistência à mudança de seu modo de vida e serviram de suporte político a processos de transformações sociais que marcaram a história da Europa, Ásia e América Latina. São as “revoluções camponesas do século XX”, como as denominou, num livro clássico, o antropólogo Eric Wolf. Em algumas delas, as demandas do campesinato foram ignoradas, uma vez que, ao longo da história da esquerda, a saída oferecida ao camponês era a aliança com os operários da cidade, considerados o único segmento social capaz de traçar uma estratégia transformadora: os camponeses continuaram sendo acudados em nome de mudanças que desconheciam suas identidades e interesses. Em outros casos, suas conquistas foram revertidas ao longo do tempo.

Nos países que não passaram por processos revolucionários, os que viviam do trabalho no campo foram protagonistas de um drama de natureza diversa: ao longo da modernização das atividades agrícolas e suas conseqüências - tecnificação, crescente controle por grandes empresas produtoras para mercados nacionais e internacionais etc. - os camponeses, proprietários de terra ou não, foram sendo expropriados. As migrações, no mais das vezes forçadas, esvaziaram os campos. A pobreza econômica, somou-se a perda de raízes e identidades. A produção com base na família, para mercados locais e para auto consumo, o apego às tradições e à terra foram sendo vistos como sinônimo do atraso.

Não foram poucas as reações a esse processo de aniquilação social. Na América Latina, por exemplo, nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, as demandas por reforma agrária, algumas mais bem sucedidas do que outras, surgiram das lutas de trabalhadores do campo que resistiam a deixar a terra onde viviam.

A difusão da revolução verde, no entanto, intensificou o processo de expropriação e as migrações e colocou-se como uma saída para, por um lado, aumentar a produção agrícola, introduzindo a retórica da perda de sentido da reforma agrária. Por outro, para subordinar de vez as atividades agropecuárias à lógica da produção para os grandes mercados das grandes empresas produtoras de insumos químicos e de processamento industrial dos produtos, alimentares ou não.

Considerando essa trajetória rápida e avassaladora do que hoje chamamos de agronegócio, sem dúvida é mais uma das boas surpresas da história o vigor das lutas camponesas e o papel que vem sendo desempenhado nos anos recentes pelas organizações que representam esse segmento social, em especial a Via Campesina.

Ao longo destes quatro dias de Fórum Social, debateram-se, com ricas nuances, as situações vivenciadas por camponeses de diversas partes do mundo: América Latina, África, Ásia e Europa. Em todos os depoimentos repetiram-se alguns temas comuns: os efeitos da crescente privatização dos recursos naturais, tais como a terra, a água e as sementes, que colocam em risco a reprodução dos grupos sociais. No caso das sementes, em especial, veio à tona o progressivo controle que os laboratórios têm sobre elas a partir do investimento em técnicas de melhoramento genético visando ao aumento da produtividade, colocando em debate o tema do patenteamento da vida, da redução drástica das espécies nativas e da biodiversidade, risco que se potencializou com a difusão das sementes transgênicas.

No entanto, mais do que um grito de revolta ou um lamento por mundos já perdidos ou próximos

de o ser, o que se viu no Fórum Social, reiterando o que já fora discutido no Fórum Mundial de Reforma Agrária realizado em Valência, na Espanha, em dezembro passado, foi a construção de demandas, identificação de adversários, busca de novas alianças.

Dessa perspectiva, não se trata apenas de lutar por terras, mas de reclamar acesso a recursos naturais, como a água, florestas, sementes, de ter acesso à utilização de tecnologias adequadas a uma escala pequena de produção e não ambientalmente degradadoras. Não por acaso, a soberania alimentar colocou-se como tema-chave, remetendo ao direito das populações a definirem suas formas de plantar e de alimentar-se, com controle sobre os recursos que possam garantir esse direito. Por esses caminhos, esses grupos encontram-se com o que parece ser um dos dilemas do século que se inicia: o da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, tanto em termos ambientais como sociais.

Ao contrário, porém, de toda uma trajetória do pensamento de esquerda que forjou sujeitos abstratos, dos depoimentos e debates que se sucederam no espaço dedicado aos temas referentes aos bens comuns da Terra e dos povos nesta edição do Fórum Social, emerge a afirmação do respeito à diversidade, a valorização das culturas e saberes locais. Se esses camponeses colocam-se em cena como produtores, que demandam políticas públicas, novas regras para o comércio de alimentos, direito ao livre uso dos recursos naturais etc., também se afirmam e buscam legitimar-se como portadores de valores, de culturas diferenciadas a serem preservadas. Por esse caminho recusam a pecha de “atraso” que lhes foi imposta ao longo do tempo e afirmam-se como portadores de um futuro não só deles, mas no qual está envolvida toda a humanidade: a defesa da produção de alimentos não é um problema de um grupo social, mas de uma sociedade cada vez mais ameaçada pelos riscos da contaminação dos solos, dos lençóis freáticos e dos alimentos.

O historiador Eric Hobsbawm fala da morte do campesinato como um dos fatos centrais do século XX. No entanto, eles estão aí, disputam o espaço público, politizam o cotidiano e buscam aprender as regras do jogo da política, mudar de posição social e buscar caminhos para romper a subalternidade. No cerne dessas mudanças situa-se uma utopia social, que alimenta as resistências e o protagonismo desses novos atores na recusa à universalização das relações mercantis, chamando a atenção para esferas da vida que não aceitam ver-se submetidas ao mundo do mercado.

***Leonilde Medeiros é professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

CARTA MAIOR